

Isabel Maria de Almeida Santos

**Norma e codificação.
A produção linguístico-gramatical portuguesa**

Dissertação de Doutoramento em Letras, na área de Línguas e Literaturas Modernas, especialidade de Linguística Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Clarinda de Azevedo Maia.

Faculdade de Letras
Universidade de Coimbra – 2006

Ficha técnica:

Reprodução gráfica:

Serviços de Apoio Editorial e de Conservação e Restauro da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Encadernação:

Domingos Girão

©: 2006, *Isabel Maria de Almeida Santos*

Apoio:

Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA)

Índice

Índice.....	página 9
Introdução	13

PARTE I

Prescrição / descrição e o desenvolvimento dos estudos linguísticos

Capítulo 1 - O processo de configuração da Linguística: princípios e atitudes

1.1. A definição da Linguística: coordenadas gerais.....	31
1.2. Atitudes descritivas e prescritivas no estudo da linguagem. Os conceitos de norma e standardização	46

Capítulo 2 - Redefinição da Linguística?

2.1. A linguagem como actividade normativa e a legitimação de uma “linguística” prescritiva (ou: «there is no escape from normativity»).....	79
2.2. O estudo da standardização: a formalização de modelos	99
2.2.1. O contributo do Círculo Linguístico de Praga	99
2.2.2. A análise de Haugen; o contributo de Muljačić.....	111
2.2.3. Daneš: a objectivação do processo de standardização	117

Capítulo 3 - Notas finais	123
---------------------------------	-----

PARTE II

Um olhar - orientado(r) - sobre a história da Linguística

Capítulo 4 - A Historiografia Linguística

4.1. Algumas questões.....	133
4.2. Procedimentos metodológicos: problemas e opções.....	137

Capítulo 5 - A Antiguidade

5.1. A investigação linguística na Índia antiga: o “fundo ideológico” da gramática de Panini.....	146
5.2. A Grécia antiga: a reflexão sobre a linguagem e a definição da gramática.....	155
5.3. Princípios reguladores do funcionamento da linguagem e definição de critérios / factores de correcção: a justificação da normatividade.....	173
5.3.1. Analogia e anomalia	173
5.3.2. Factores de correcção e a teorização de alguns gramáticos	179
5.3.2.1. Apolónio Díscolo e Sexto Empírico	179
5.3.2.2. A questão da correcção no mundo romano	183
5.3.2.2.1. Varrão.....	187
5.3.2.2.2. Quintiliano	191
5.3.2.2.3. Donato: da correcção ao desvio	194
5.3.2.2.4. Prisciano.....	196

Capítulo 6 - A Idade Média	201
----------------------------------	-----

Capítulo 7 - O encaminhamento para a Modernidade

7.1. Uso e razão: parâmetros orientadores da análise linguística no Renascimento	221
7.2. Ascensão e gramatização dos vernaculares: o eixo de uma revolução “técnico-linguística”	227
7.3. Séculos XVII e XVIII: gramática filosófica, gramática geral e linguagem universal; o desenvolvimento da linguística histórica e comparativa.....	257

Capítulo 8 - Notas finais	267
---------------------------------	-----

PARTE III

A produção linguístico-gramatical portuguesa e o processo de construção da norma e do discurso sobre a norma

Capítulo 9 - Introdução	277
-------------------------------	-----

Capítulo 10 - Enquadramentos históricos e socioculturais

10.1. O Renascimento	301
10.1.1. Alguns dados históricos	301
10.1.2. A “questão” linguística da época e as primeiras produções gramaticais sobre o vernáculo	311
10.1.3. Autores e textos linguístico-gramaticais	316
10.1.3.1. Fernão de Oliveira	317
10.1.3.2. João de Barros	324
10.1.3.3. Pêro de Magalhães de Gândavo.....	328
10.1.3.4. Duarte Nunes de Leão.....	329
10.2. O século XVII	331
10.2.1. Alguns dados históricos	331
10.2.2. Ainda a apologia da língua vulgar	335
10.2.3. Autores e textos linguístico-gramaticais	336
10.2.3.1. Amaro de Roboredo e o <i>Methodo grammatical para todas as linguas</i>	336
10.2.3.2. Manuel Severim de Faria	341
10.2.3.3. Álvaro Ferreira de Vera.....	342
10.2.3.4. João Franco Barreto.....	343
10.3. O século XVIII	344
10.3.1. Alguns dados históricos	344
10.3.2. Autores e textos linguístico-gramaticais	351
10.3.2.1. D. Jerónimo Contador de Argote.....	351
10.3.2.2. João de Morais Madureira Feijó	352
10.3.2.3. Frei Luís do Monte Carmelo	352
10.3.2.4. António José dos Reis Lobato.....	352
10.3.2.5. Jerónimo Soares Barbosa.....	353

Capítulo 11 - Construção da norma e standardização: o início da codificação do vernáculo e da apologia do vulgar

11.1. Introdução.....	357
11.2. A base da gramatização: a codificação do vernacular e a sua autojustificação	361
11.2.1. O português como “Abstandsprache” e os valores simbólicos da linguagem.....	361
11.2.2. O processo de legitimação “interna” das actividades codificadoras	367
11.2.2.1. A língua vernacular e o seu carácter complexo e organizado	367
11.2.2.2. A originalidade da língua portuguesa e a avaliação da sua qualidade	369
11.2.3. Descrição gramatical e mudança / diversidade linguísticas	385
11.3. Uso(s), razão e autoridade(s): o poder interventivo do homem sobre a língua	391
11.3.1 A legitimação das formas linguísticas	391
11.3.2. A concepção de gramática e o interesse do processo de codificação: a autoridade	402
11.4. Qualidade e controlo do idioma	419

**Capítulo 12 - Construção da norma e estandardização: os séculos XVII e XVIII
(continuidade e ruptura)**

12.1. Introdução	437
12.2. O interesse da codificação gramatical e a persistência do tema.....	439
12.3. A função da gramática e a definição de uma variedade de referência.....	469
12.4. A qualidade da língua.....	507
12.4.1. A apologia da língua no século XVII: a síntese de Faria e o texto de Ferreira de Vera	507
12.4.2. A originalidade e a qualidade do vulgar	518
12.5. A legitimação / documentação da descrição	540
Capítulo 13 - Notas finais	547
Conclusão.....	561
Bibliografia	581

Introdução

NORMA E CODIFICAÇÃO: A PRODUÇÃO
LINGUÍSTICO-GRAMATICAL PORTUGUESA

A linguagem humana estabelece com o seu utilizador não só uma relação imediata, mas também uma relação mediatizada pela intervenção reflexiva deste. Assim, o que é possível reconstituir da história da humanidade mostra-nos que o interesse pela linguagem é tão antigo quanto o próprio homem e que o desenvolvimento desse estudo foi conciliando / alternando dois tipos fundamentais de atitude: a que subjaz ao puro interesse especulativo, sendo a reflexão estimulada pela percepção do carácter sistemático e organizado da linguagem, e aquela que, a partir do conhecimento (frequentemente parcial) do objecto de estudo, pretende, de forma mais ou menos consciente e pela consideração de um modelo, intervir sobre aquele; a análise metalinguística é, neste caso, favorecida pela consciência da variabilidade dos idiomas. Se, historicamente, são os valores literários e religioso-rituais que primeiro legitimam posturas deste último tipo (considerem-se as motivações que subjazem à célebre gramática de Panini sobre o sânscrito e às gramáticas gregas e romanas da Antiguidade), facilmente a actividade codificadora absorve funções que decorrem do valor simbólico e unificador de que a linguagem se pode revestir: pela gramatização¹, os povos nobilitam ou reabilitam os respectivos idiomas, que dotam de um instrumento essencial não só à sua fixação, mas também ao seu desenvolvimento (elaboração), e conferem à comunidade que assim “cuida” da língua um acrescido valor civilizacional.

¹ Damos a “gramatização”, neste contexto, um sentido semelhante ao de “codificação” e diferente do associado ao termo “gramaticalização”, que se refere à situação em que uma unidade lexical assume uma função gramatical. Trataremos com mais pormenor, em 7.2. (*Ascensão e gramatização dos vernaculares: o eixo de uma revolução “técnico-linguística”*), o sentido com que utilizamos, a partir da proposta de Auroux (1992:28-35), o termo em causa.

Assim, e quer se valorize a dimensão da razão, quer se considere, fundamentalmente, o domínio do uso, é com alguma “naturalidade” que, na história do pensamento linguístico, se desenvolve a noção de norma ou modelo: nalguns ambientes epocais, essa norma assenta nos princípios da lógica, que a linguagem deve, então, reflectir; noutros contextos, o modelo depreende-se da (de uma) prática. Reserva-se, no entanto, e em qualquer dos casos, um lugar de destaque para a noção de incumprimento ou desvio; nem a noção “objectiva” de norma, inovação teórica que permite à ciência linguística actual lidar com a evidência do constrangimento social sobre a actualização idiomática, consegue eliminar o conceito de “irregularidade” pressuposto pelo de “normalidade”.

Enquanto estruturas passíveis de aplicação em actos concretos de fala, as línguas revestem-se de uma dimensão sociológica cujo estudo, progressivamente estimulado ao longo do século XX, também orientou algumas discussões sobre a identidade da própria Linguística. Um conceito como o de norma e um fenómeno como o de standardização encontram-se, precisamente, entre aqueles que a investigação actual mais formalista e orientada para as regularidades do sistema ou para a competência do falante considera marginais. Na verdade, a constituição / definição de uma variedade “standard” apresenta uma clara vertente linguística, de que os trabalhos de codificação (seja ela gramatical, ortográfica ou lexicológica) normalmente dão conta, mas não se pode dissociar de um sistema de crenças e valores que espelha a estrutura social. Se “aquela linguística” não assume o problema da avaliação das variantes e variedades, porque integra teoricamente o princípio da igualdade entre elas, também não sobra, na sua análise, lugar para a evidência de que todo o falante exhibe e aplica conceitos como “falar bem” e “falar mal” e de que a linguagem é uma actividade acentuadamente normativa. Entre os linguistas há, então, quem (apresentaremos adiante as

ideias de autores como Haugen) conceba uma Linguística Prescritiva, cujo domínio privilegiado de aplicação é a planificação linguística, e / ou desenvolva modelos descritivos com os quais se dá conta das dimensões linguística e sociológica (epistemologicamente conciliáveis, no âmbito do estudo da linguagem) do fenómeno de standardização. Se os especialistas do Círculo Linguístico de Praga avançaram com as primeiras propostas de formalização de modelos para o estudo da standardização, a difusão dos princípios de igualdade entre os povos e a defesa do direito destes às diferentes formas de expressão de identidade colectiva deram uma renovada importância e toda a legitimidade ideológica a esse tipo de trabalho. Considere-se, por exemplo, e apenas para referir universos que nos estão cultural e fisicamente próximos, o modo como as reelaboradas propostas daquele grupo de linguistas são integradas por Henrique Monteagudo nos seus estudos sobre a situação ou história (socio)linguística do galego.

O peso que, neste trabalho, cabe às questões introdutórias e de contextualização resulta, portanto, tão somente do carácter multifacetado e intemporal dos temas que tratamos. Assim, na Parte I (*Prescrição / descrição e o desenvolvimento dos estudos linguísticos*), privilegamos aspectos de natureza fundamentalmente epistemológica: reflectimos sobre a identidade da ciência linguística e sobre a (não) integração, no seu âmbito, de questões como a da norma e a da standardização, consensual que é o reconhecimento da dimensão híbrida de tais conceitos. Percebendo, no entanto, que a consideração destes não é uma conquista da modernidade, pareceu-nos que o enquadramento do trabalho que se segue se enriqueceria pela inclusão de uma breve e orientadora, porque assumidamente muito “orientada”, incursão pela história da Linguística ou da reflexão sobre a linguagem; da organização desse tipo de dados (recolhidos com os propósitos e limitações que oportunamente expomos) resultou, então, a Parte II (*Um olhar -orientado(r)-*

sobre a história da Linguística). A dimensão historiográfica de que o trabalho que aqui apresentamos assim se reveste é, em suma, o corolário da nossa constatação de que a reflexão sobre a linguagem se processa, independentemente das coordenadas epocais e epistemológicas que diversificam a apresentação e a formalização das questões particulares, em torno de parâmetros constantes; a dialéctica e/ou tensão entre a consciência da variabilidade sincrónica e diacrónica das línguas e a consciência das regularidades parece-nos, neste âmbito, verdadeiramente intemporal. Estão, assim, em causa questões gerais (que, de qualquer forma, circunscrevemos) da historiografia linguística. Por outro lado, a parte central desta investigação assenta num *corpus* constituído por textos gramaticais e ortográficos portugueses temporalmente localizados entre 1536 (ano da edição da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira) e 1822 (ano da edição da *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, de Jerónimo Soares Barbosa). Sabendo que a produção portuguesa integra, globalmente, uma tradição ocidental cuja história é importante esclarecer, afigura-se-nos totalmente justificável a consideração, não apenas das coordenadas históricas e culturais imediatas, mas também de um contexto histórica e culturalmente mais envolvente e complexo.

Embora seja possível conceber processos de standardização sem o suporte da codificação (e/ou da escrita), não são desse tipo a generalidade dos casos que a história das culturas ocidentais nos permite observar. Assim, é fundamental para a história (interna e externa) de qualquer língua o momento em que se inicia a sua gramatização, tal como, noutra plano, é crucial para a história do pensamento linguístico o momento em que surgem os primeiros trabalhos de descrição gramatical. Propusemo-nos, então, com a Parte III deste trabalho (*A produção linguístico-gramatical portuguesa e o processo de construção da norma e do discurso sobre a norma*), estudar o

fenómeno da standardização no português tal como ele se nos oferece num conjunto de textos linguístico-gramaticais elaborados entre o século XVI, época em que se inicia o processo de codificação da língua portuguesa, e o início do século XIX. Esta dissertação é, portanto, e fundamentalmente, um trabalho de Linguística Portuguesa, uma vez que todo ele se orienta para a “leitura” dos textos que seleccionámos e que estes, não coincidindo com a totalidade da produção registada nas diferentes épocas, são, globalmente, textos de referência na historiografia gramatical e metaortográfica portuguesa: assim, procede-se à análise não só das obras essenciais das duas figuras que já referimos, e que preenchem as nossas balizas cronológicas, mas também de textos de João de Barros, Pêro de Magalhães de Gândavo, Duarte Nunes de Leão, Amaro de Roboredo, Manuel Severim de Faria, Álvaro Ferreira de Vera, João Franco Barreto, Jerónimo Contador de Argote, João de Morais Madureira Feijó, Frei Luís do Monte Carmelo e António José dos Reis Lobato.

O que se pretende com o trabalho que se segue não é, esclarecemo-lo já, construir a história de “o português das gramáticas”, em cujo âmbito poderíamos confrontar a teoria e a prática dos diferentes autores; especialistas prioritariamente interessados nos conteúdos da descrição gramatical elaboraram já, de forma mais pontual ou mais sistemática e para alguns dos gramáticos / ortografistas que analisámos, estudos desse tipo. O nosso objectivo é, antes, observar como, nos textos em causa, se depreende ou explicita uma noção de norma e se configuram estratégias para a sua definição. Cabem aqui, naturalmente, a análise da forma como a diversidade idiomática é (des)considerada pelos diferentes autores e a observação do modo como a própria actividade codificadora é apresentada e justificada; relaciona-se ainda com aquela questão a definição dos interesses (práticos e/ou especulativos) que os diferentes trabalhos cumprem. Observamos, assim, que o progressivo trabalho de codificação da língua portuguesa se justifica fundamentalmente, por um lado, pela necessidade de estabelecer,

consolidar e expandir de forma apoiada o idioma e, por outro (muitas vezes num contexto de concorrência com as línguas clássicas e / ou com as línguas vernaculares contemporâneas), pelo desejo da sua valorização e enriquecimento. É, ainda, especialmente importante para nós a forma como se reconhecem, nos diferentes textos, parâmetros de legitimação das formas e estruturas linguísticas: se, em alguns ambientes epocais, se evoca o interesse do parâmetro *razão*, o factor *uso* afigura-se, em todos os tempos, incontornável, já que nenhum dos nossos autores concebe a linguagem ou a língua como um produto de pura abstracção; neste contexto, é particularmente expressiva a afirmação (adiante convocada) de Fernão de Oliveira, que escreve que “não é a língua que faz os homens, mas são os homens que fazem a língua”. A autoridade do agente codificador resulta, então, da “qualidade” do uso que aquele opta por descrever e é aí que, de forma mais ou menos (des)equilibrada, se entrecruzam critérios internos, que consideram a eficácia do sistema comunicativo, e critérios externos (fundamentalmente sociais e estéticos), que valorizam a dimensão literária e sócio-simbólica da linguagem.

Parece-nos, portanto, que este é um trabalho que, à sua medida, contribui para o esclarecimento da história da reflexão sobre a linguagem e sobre a língua portuguesa em Portugal, não só atentando no tratamento de determinados conteúdos gramaticais, mas fundamentalmente procurando avaliar o modo como a sua apresentação traduz intuítos normativos e reflecte o desejo de intervenção do homem sobre o próprio idioma, isto é, sobre as suas formas de actualização. Independentemente da capacidade real de intervenção do codificador sobre o evoluir do sistema linguístico (sabemos que são infrutíferas muitas tentativas levadas a cabo pelos gramáticos no sentido de deterem determinados fenómenos de mudança), o que este trabalho nos permite é avaliar a presença, em formato mais embrionário ou

mais elaborado, de um conjunto de princípios que as actuais gramáticas da língua portuguesa, em resposta às exigências dos modernos modelos de análise linguística, vêm finalmente explicitar.

No Prefácio da *Nova gramática do português contemporâneo*, Cunha e Cintra admitem, então, explicitamente, um intuito normativo, ao informarem de imediato que aquela obra pretende descrever o português contemporâneo, mas que, para tal, se consideram as **diversas normas** que constituem a nossa língua no momento histórico dos autores, com destaque para as avaliadas como variedades-padrão em Portugal e no Brasil; além do valor informativo, a obra reveste-se, é esse o propósito de Cunha e Cintra, de um interesse prático, funcionando como guia orientador de uma expressão oral e escrita “correcta” (CUNHA / CINTRA, 1990: XIII). Dada a fragilidade dos postulados com que a gramática latinizante e a gramática logicista (em grande parte responsáveis pelas reacções “anticorrectistas” que se começaram a desenvolver no séc. XIX) sustentavam a correcção idiomática, Cunha e Cintra rejeitam, no quadro orientador da descrição, a hipótese da linguagem monolítica (a que falta correspondência com a realidade) e concluem, seguindo Jespersen, que «por cima de todos os critérios de correcção - aplicáveis nuns casos, inaplicáveis noutros - para o da aceitabilidade social, a *consuetudo* de Varrão, o único válido em qualquer circunstância» (CUNHA / CINTRA, 1990: 8).

Assim se sustenta uma concepção linguística de norma que é, por seu turno, na opinião destes autores, condição para um maior liberalismo gramatical. A ponderação do princípio da variação sistemática não se traduz, no entanto, na obra de Cunha e Cintra, em mais do que na consideração de duas normas (padrão) do português cujo (in)cumprimento determina a (in)correcção das formas linguísticas; aliás, assume-se de forma explícita essa dependência entre “correcção” e variedade socialmente prestigiada:

É justamente para chegarem a um conceito mais preciso de “correcção” em cada idioma que os linguistas actuais vêm tentando estabelecer

métodos que possibilitem a **descrição minuciosa das suas variedades cultas**, seja na forma falada, seja na escrita. (...) [sem o que] nunca alcançaremos determinar o que, no domínio da nossa língua ou de uma área dela, é de emprego obrigatório, o que é facultativo, o que é tolerável, o que é grosseiro, o que é inadmissível; ou, em termos radicais, o que é e o que não é correcto (CUNHA / CINTRA, 1990: 8)².

Mário Vilela (1995: 5), por seu turno, apresenta a *Gramática da língua portuguesa* de que é autor como uma obra que «pretende servir para o ensino da Língua Portuguesa, mas a partir do conhecimento que as “pessoas” têm realmente do funcionamento da língua ou das línguas» e inclui, no capítulo introdutório (*Fundamentação da noção “gramática”*), o conceito de norma, a que atribui um valor semelhante ao concebido por Coseriu: assim se reconhece a diversidade dos usos («Há várias sub-normas dentro da norma» [VILELA, 1995: 27]) e se relativiza o valor da “norma”, não se avançando, no entanto, na questão de definir as coordenadas (extralinguísticas) daquilo que, considerado “normal”, é o objecto da descrição. Assenta-se, isso sim, no facto de a norma (como conceito abstracto e globalizante) ser «o resultado do fixado historicamente pelo uso e, eventualmente, determinado pelas instituições (como, por exemplo, a ortografia)» e de aí se incluírem «todos os níveis de descrição e prescrição (fonológico, sintáctico, pragmático), que são relativamente estáveis, mas podem eventualmente mudar» (VILELA, 1995: 27-28).

Constatamos, então, que obras como estas não se elaboram sem a problematização do conceito de norma, funcionando essa discussão, de evidente interesse teórico, igualmente como forma de legitimar a descrição. Temos, no fundo, a explicitação de um conjunto de questões que os gramáticos / ortografistas cujos textos analisámos igualmente ponderaram: Fernão de Oliveira informa o leitor que o seu objectivo é “notar” o “bom costume” dos que mais sabem (veremos que a referência ao

² O destacado é nosso.

modelo dos doutos é frequente nos períodos estudados); em Soares Barbosa, para novamente evocarmos os gramáticos que limitam o nosso *corpus*, encontramos já, e como veremos, uma tentativa de justificar objectivamente o procedimento clássico de opção pela variedade das elites da capital do reino.

Finalmente, no Prefácio da 2ª edição da *Gramática da língua portuguesa* de Mateus *et al.* (1992: 9), explicita-se que, de acordo com os princípios gerativistas que enquadram teórica e metodologicamente a obra, o que aí se apresenta é um trabalho não normativo, que abandona a descrição do “corpus” e que acentua a importância do saber linguístico do falante na produção e no reconhecimento das frases agramaticais. Das considerações introdutórias consta, no entanto, uma reflexão sobre a inevitabilidade (epistemológica) da selecção de dados, que então ascendem à condição de objecto de descrição; a consideração do uso torna, assim, incontornável o conceito de “normalidade” e omnipresente o conceito de norma, aliás várias vezes evocado na Parte I, *Variação e variedades do português*, mas sem que se confundam, no domínio dos princípios, o valor linguístico e a dimensão social de variedades (entre as quais encontramos a correspondente à norma-padrão) e variantes:

É princípio epistemológico largamente aceite que a ciência constrói os seus próprios objectos de análise a partir dos dados da realidade: a realidade é ilimitada e só existe para a ciência quando conceptualizada, teorizada e racionalmente sistematizada. Assim se compreende a necessária selecção que nesta obra se faz dos dados empíricos analisados, decorrentes do nosso conhecimento e da observação da língua portuguesa, e da perspectiva teórica em que nos integramos (MATEUS *et al.*, 1992: 7).

Na última e mais recente edição desta obra (MATEUS *et al.*, 2002: 17), que não só conserva como amplia os capítulos dedicados à diversidade da língua portuguesa (veja-se a Parte I, *Língua portuguesa: unidade e diversidade*), assume-se explicitamente que a variedade de língua ai

contemplada é, embora em muitas circunstâncias se indiquem características de outras variedades nacionais, a que define a norma-padrão. Identificada com os dialectos falados em Lisboa e Coimbra, constatamos que se mantêm, para a definição daquela variedade e, conseqüentemente, para a selecção dos dados a analisar, factores culturais e político-económicos que tradicionalmente são considerados pela descrição gramatical. A inovação é, aqui, o “investimento” na justificação teórica de tal procedimento e o destaque do valor necessariamente limitado(r) da descrição³. Assim, uma das intenções do grupo de linguistas que elaborou a referida obra foi eleger como objecto de estudo a variedade padrão da variedade europeia do português, mas sem desconsiderar o modo como os falantes a adequam à especificidade dos registos oral e escrito e à formalidade da situação discursiva (DUARTE, 2004: 54)⁴.

As relações que, mesmo nesta abordagem rápida da questão, nos parecem poder estabelecer-se entre a produção linguístico-gramatical do nosso passado e a actual produção científica permitem-nos considerar que,

³ A este propósito parece-nos esclarecedora a seguinte reflexão de Rosario Álvarez e Henrique Monteagudo (2004: 9), na apresentação do volume onde publicam os trabalhos do Simpósio *Variación e prescripción* realizado na Universidade de Santiago de Compostela, em 2003: «O fenómeno da variación sociolingüística sincrónica nos seus diferentes parámetros (territorial, social e funcional), escasamente atendido polas diversas escolas lingüísticas modernas, está a concitar unha atención crecente. Os gramáticos son cada vez máis conscientes da necesidade de integrárenos nos seus programas de traballo, co duplo propósito de fornecer unha descripción lingüística máis axustada á realidade e de procurar xebrar os difusos límites entre a descripción e a prescripción. Tal integración constitúe unha tarefa especialmente incontornable á hora de derivar as distintas aplicacións que os estudos gramaticais atopan en campos tales como a definición dos códigos normativos, a didáctica da lingua, a tradución, a edición de textos ou a fixación de pautas idiomáticas para os medios de comunicación».

⁴ Esse é um dos *itens* de uma *Carta de intenções da Gramática da Língua Portuguesa*, que surgem enumeradas num texto intitulado «*Gramática da Língua Portuguesa* ou nove linguistas à procura de uma gramática» (cf. referência de Duarte, 2004: 53). No trabalho em que aqui nos apoiamos (*Gramática descritiva, língua padrão e variação* [DUARTE, 2004]), a autora procede precisamente a uma análise de princípios e estruturas organizativas (no que diz respeito às relações entre a actividade de elaboração de uma gramática e os fenómenos de variação linguística e standardização) da *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (uma das gramáticas de referência do português produzidas no século XX), e da mais recente edição, de que é co-autora, da *Gramática da língua portuguesa*.

não obstante a distância temporal a que se encontram, os textos que constituem o nosso *corpus* (e, conseqüentemente, o seu estudo) se revestem de um interesse que não se esgota nas coordenadas temporais e históricas que os enquadram. Não nos parece, no entanto, que assumir este facto comprometa a originalidade do trabalho que se segue; a nossa expectativa é, antes, que assim se evidencie o interesse (actual) daquelas obras: reconhecendo que o valor “normativo” serve, como é habitual evocar-se, à caracterização genérica de todas elas, tentámos, aqui, não só fundamentar essa apreciação, mas também mostrar que, frequentemente, esse valor surge associado a uma atitude “teoricamente” enquadrada e problematizada pelo “legislador”. Insistimos, então, na ideia de que encontramos nestas gramáticas, ortografias e apologias do vernáculo um procedimento que, comumente, é considerado característico da contemporaneidade.

«the systematic analysis and discussion of language in an objective way is an essential step forward towards any world in which mutual respect and tolerance is a reality»
(CRYSTAL, 1995: 1)